

Um Retrato da Praxis, Uma Anatomia da Responsabilização

Esteban Lance Kelly e Jenna Peters-Golden com Qui Alexander, Bench Ansfield, Beth Blum, e Dexter Rose do coletivo Philly Stands Up!

A alquimia de nosso trabalho de responsabilização é uma mistura feliz: parte arte, parte ciência. Sem dúvida, as habilidades e a complexidade envolvidas no trabalho de responsabilização são difíceis de serem aperfeiçoadas. Entretanto, afirmamos que pessoas normais, pessoas comuns em comunidades em toda a América do Norte, podem desenvolver e exercer seus próprios processos para possibilitar às suas comunidades a justiça em situações de agressão sexual. Ao fazer isso, nossas comunidades podem ter mais sucesso, por qualquer medida, do que o Estado jamais teve em lidar com o caos de questões provocadas por incidentes de violência sexual.

O que sabemos agora, aprendemos através de tentativas e de um bocado de erros. Alguns dos erros e falhas que cometemos ao longo dos anos permitiram, e em alguns casos exacerbaram, a dor de sobreviventes e comunidades. Assumimos a responsabilidade por esses erros. Poucas de nós na história da Philly Stands Up (PSU) chegaram ao grupo com alguma experiência formal anterior de trabalho em questões de agressão sexual, muito menos de trabalho com pessoas que causaram danos. Somos pessoas comuns, descobrindo como fazer um trabalho espinhoso, e nossas realizações decorrem do compromisso com nossos valores e objetivos. Acreditamos que as pessoas que causaram danos podem mudar e que todes nós podemos desempenhar um papel crucial para catalisar essa mudança.

Em reconhecimento a nossos pares e mentores no passado e no presente que descobriram e transmitiram lições, tais como as comunidades indígenas, negras e pardas lideradas por mulheres - é com um grande senso de humildade que compartilhamos algumas das entranhas logísticas do que elaboramos para nosso processo de trabalho em situações de agressão sexual. Temos muito a agradecer a todes outres organizadores, pensadores, vizinhos e camaradas, cuja sabedoria e experiência tem colaborado com a nossa.

Vemos a entrada de energia e atenção emocional para estes processos como os ingredientes centrais para apoiar uma mudança significativa. Nossa dedicação ao trabalho com pessoas que perpetraram agressões está enraizada em nossa solidariedade com sobreviventes de agressões e em nosso compromisso de reconhecer a humanidade dentro de todes nós. Exige o reconhecimento de que a maioria das pessoas com quem trabalhamos também sobreviveu à violência sexual ou física em suas vidas.

Quando dizemos que trabalhamos para responsabilizar as pessoas que perpetraram agressões sexuais pelos danos que causaram, isto significa que nos esforçamos para que elas façam o seguinte:

Reconhecer os danos que causaram, mesmo que não tenha sido intencional.

Reconhecer o impacto do dano sobre os indivíduos e a comunidade.

Fazer a restituição apropriada ao indivíduo e à comunidade.

Desenvolver sólidas habilidades para transformar atitudes e comportamentos para prevenir novos danos e fazer contribuições para a libertação.

Conceitualizamos aproximadamente cinco fases para um processo de responsabilização: o Início, Desenho da Estrutura, Processo de Vida, Ferramentas que Utilizamos e Fechamento de um Processo.

Fase 1. O Início

As pessoas nos encontram de muitas maneiras: somos conhecidos por nossas oficinas educativas, nossas contribuições aos zines, e também por meio do boca a boca, da Internet, e de conexões pessoais com membros individuais no PSU. Às vezes, uma pessoa que causou danos entra em contato conosco e diz algo como: "Eu realmente estraguei tudo, e a pessoa que eu magoei me disse que eu preciso trabalhar com vocês". Às vezes dizem: "Há alguns anos atrás, eu era abusivo. Eu agredia sexualmente alguém e não estava realmente pronto para lidar com isso até agora". Em nossas oficinas, as pessoas ficam muitas vezes surpresas ao saber dessas situações em que as pessoas nos contatam por vontade própria, às vezes anos após cometerem danos. A realidade é que, com o tempo, nós amadurecemos. Com o crescimento, com a oportunidade, muitos de nós reunimos a coragem para refletir sobre o comportamento passado e ver os problemas com os quais precisamos nos engajar. Outra possibilidade é que alguém possa dizer: "Fui agredido sexualmente por fulano de tal, e quero responsabilizá-lo". Ely então nos encarregam de rastrear o fulano e tentar iniciar um processo de responsabilização. Além destes casos, há casos em que alguém que não é nem o sobrevivente nem a pessoa que causou o dano entra em contato conosco em nome de ambas as partes. Em qualquer caso, uma vez que tenhamos estabelecido contato com a pessoa que causou o dano, esboçamos a situação e a discutimos como um grupo. Primeiro descobrimos se dois membros do coletivo são capazes de assumir esta situação (aprendemos desde cedo a trabalhar sempre em duplas). Se assim for, discutimos o que sabemos sobre a questão, e avaliamos honestamente se estamos equipados para lidar com ela. Há sempre a possibilidade de não conseguirmos lidar com partes da situação. Às vezes não estamos qualificadas por uma razão ou outra e, ao tentar trabalhar nela, podemos causar mais danos do que benefícios. Às vezes, os membros do PSU se recusam a se envolver em uma situação porque alguns de seus aspectos parecem gatilhos emocionais. Depois de avaliarmos o caso, agendamos um encontro com a pessoa que causou o dano. Normalmente nos reunimos em locais públicos mas com baixo risco de encontros com pessoas que conhecemos; exemplos incluem parques, estações de trem, lobbies de hotel, praça de alimentação, ou cafés ao ar livre.

Fase 2. Planejando o processo

Em seguida, concebemos um processo com base no que a situação exige. Muitas vezes, temos um documento listando "exigências". Exigências são ações que sobrevivente precisa da comunidade ou da pessoa que causou o dano para estar segura e se curar. Abaixo está uma lista de exemplos de demandas comuns:

- "Pagar pelo meu teste de DST/aborto/consulta médica".
- "Lidar com seu problema de drogas/álcool".
- "Se você me vir em algum lugar, é sua responsabilidade deixar as dependências".
- "Não fale ou entre em contato comigo".
- "Por enquanto, não vá às reuniões de tal organização em que tanto sobrevivente como a pessoa que causou danos são membros".
- "Divulgue a todas as pessoas com quem você está dormindo ou namorando que você agrediu sexualmente alguém e está em um processo de responsabilização".
- "Escreva-me uma carta sincera de desculpas".

As exigências são o documento central em nosso processo de prestação de contas. Em situações em que temos uma lista de exigências, elas orientam fundamentalmente o projeto de nosso processo. Nossos objetivos como facilitadores do processo são atender às demandas estabelecidas pelo sobrevivente - e

em alguns casos, pela comunidade em geral - tanto ao pé da letra quanto em espírito. Ao projetar um processo em particular, temos em mente vários princípios.

Primeiro, tentamos envolver a pessoa com quem estamos trabalhando na concepção do processo. Se essa pessoa puder ajudar a pensar em nossos objetivos, cronograma e táticas, então ela se sentirá mais conectada em tudo o que está por vir. Como colaboradores de um processo, em vez de participantes de um programa imposto externamente, ela poderá relutar mais a abandonar os compromissos.

Em segundo lugar, a fim de engajar a pessoa que causou danos, descobrimos métodos que funcionam especificamente para ela. Se ela for uma pessoa de orientação visual, fazemos desenhos ou mapas de palavras para descrever o que estamos falando em uma reunião. Se ela odia ler, podemos gravar uma leitura para ela. Se ela tiver dificuldade para ficar parada ou concentrada por muito tempo, podemos planejar conversar enquanto caminhamos pelo quarteirão. Em nossos esforços de engajamento, até organizamos reuniões que consistem em patinação de rua e jogos de tabuleiro. Seja flexível e criativo! O objetivo é engajar essa pessoa em uma responsabilização e mudança significativa e sustentada - pense como um educador, um organizador e um artista.

Também usamos as reuniões como uma oportunidade para exemplificar o comportamento que estamos tentando encorajar na pessoa com a qual estamos trabalhando. Demonstramos comportamento preferível, por exemplo, articulando e mantendo limites sociais e físicos explícitos, lutando por uma comunicação clara, praticando empatia, demonstrando respeito (que é perceptivelmente apreciado entre as pessoas que foram ostracizadas após a agressão sexual), e exemplificando honestidade total. Se a pessoa com quem estamos trabalhando perder uma reunião ou chegar atrasada, discutiremos a necessidade de uma melhor comunicação e a ajudaremos a entender como suas ações desconsideram as demais pessoas envolvidas. Juntas, estabelecemos regras básicas de como queremos nos comunicar umas com as outras, o que nos dá acordos concretos para responsabilizar as pessoas. Podemos então usar seu progresso no cumprimento dos acordos para criar um ritmo positivo e endossar sua capacidade de crescer e mudar.

Fase 3. Estrutura de vida

Quando necessário, enfatizamos a promoção do equilíbrio e a criação de estrutura na vida da pessoa. Se ela for instável, torna-se difícil para ela estar presente no trabalho que estamos fazendo juntos. Em tais situações, é crucial para nós levarmos em conta os desafios mais amplos em suas vidas. Quanto mais estável estiver, melhores serão suas chances de acompanhar seu processo de responsabilização.

Para isso, criamos espaço para que tenha um "check-in" pessoal no início de cada reunião. Este é um momento para que ela possa compartilhar tudo o que quiser sobre sua vida diária, seu estado emocional ou seus obstáculos logísticos. O "check-in" nos permite ouvir, por exemplo, sobre seu progresso na busca de terapia ou moradia estável, ou sobre entrevistas de emprego ou visitas familiares. Às vezes, passamos adiante propostas de emprego, acompanhamos pessoas na busca de moradias viáveis e damos carona a consultas terapêuticas. Este trabalho humilde e mais fundamentalmente "humano" nos ajudou a ver o que realmente significa reconhecer que estamos todos juntas em comunidade, que uma política de confiança depende do apoio diário e da interdependência, e que ninguém fica fora destes princípios em uma sociedade justa.

Fase 4. Ferramentas que utilizamos

Cada processo é único. A maioria das reuniões consiste principalmente em conversas. Falamos de histórias, dos casos de agressão ocorridos, dos padrões de relacionamento e de inúmeras questões relacionadas. Empregamos várias ferramentas gerais como guias no espaço de reuniões:

Contação de histórias: Pedimos para ouvir histórias, incentivar a discussão sobre dinâmicas ou temas emergentes, e as utilizamos de forma didática, às vezes revisitando suas histórias. Isso oferece oportunidades para fazermos uma pausa e imaginarmos a mesma história do ponto de vista de sobreviventes. Desconstruindo a história desta forma, podemos muitas vezes pressionar por novos níveis de compreensão, construindo empatia e reescrevendo narrativas que impedem as pessoas de assumir total responsabilidade por suas ações.

Escrita: Dar "lição de casa" é uma boa maneira de manter a continuidade entre as reuniões. Às vezes as pessoas escrevem lembranças de um caso de abuso, anotam o que certas palavras significam para elas, mantêm um registro das vezes em que sentiram frustração ou raiva (essas são emoções comuns com as quais trabalhamos), ou mantêm um diário sobre como o processo de responsabilização está indo para elas.

Interpretação de papéis: Pegando uma deixa do Teatro do Oprimido de Augusto Boal, nós às vezes representamos situações que já ocorreram ou que poderiam ocorrer. A encenação é ótima para construir habilidades de percepção e empatia, e é uma maneira segura para as pessoas experimentarem novos comportamentos e entenderem os do passado.

Leitura/Escuta/observação: A maioria das situações com as quais nos deparamos pedem mais educação. Há inúmeros textos úteis, filmes, palestras, podcasts, etc. que esclarecem o patriarcado, o consentimento, o abuso de substâncias, a opressão internalizada e a dinâmica do poder, privilégio e opressão. Aqui, nosso papel é adaptar quaisquer recursos à pessoa com quem estamos trabalhando.

Fase 5. Fechando um processo

Melhorar a nós mesmas é um trabalho vitalício para todes, e certamente para as pessoas que têm um histórico de perpetração de violência. A maior parte de nossos processos de responsabilização dura entre nove meses e dois anos, e poderiam potencialmente continuar para sempre. Em retrospectiva, os processos que duram mais de um ano muitas vezes parecem muito longos. Isto nos leva a perguntar: "Quando é o momento de encerrar uma situação?". Assim como na terapia, não há uma resposta objetiva a isto, mas aqui estão alguns indicadores para quando pode ser apropriado encerrar as coisas. Um sinal óbvio de que é hora de encerrar um processo é quando as exigências, tanto literalmente quanto em espírito, tiverem sido atendidas. Se uma exigência é "escreva-me uma carta de desculpas", isso não servirá para a pessoa que causou danos elaborar um pedido de desculpas dentro dos primeiros meses de seu processo quando houver raiva, ressentimento e descrença permeando a carta. Embora despachar apressadamente um pedido de desculpas possa tecnicamente satisfazer uma necessidade, comunicar arrependimento sincero é o verdadeiro espírito da demanda. Isto só pode ser alcançado quando o trabalho árduo e o tempo necessário forem suficientes para compreender o papel da pessoa na agressão, e quando a pessoa tiver ganho um senso de empatia por como a agressão afetou sobreviventes e a comunidade.

Se uma demanda exige sobriedade ou uma redução no uso de substâncias ilícitas, então o cumprimento do verdadeiro espírito da demanda exigiria tanto a redução do uso de substâncias quanto o avanço para uma verdadeira compreensão de como a pessoa sobrevivente (ou a comunidade) chegou a essa demanda. Buscaríamos que a pessoa que causou danos reconhecesse que o consumo de substâncias cria condições para um julgamento deficiente e um comportamento abusivo. Fazer essa conexão e mudar sua relação com essa substância seria, portanto, o verdadeiro cumprimento da demanda.

Outro indicador de que está na hora de sair de um processo formal é que a pessoa que causou danos demonstrou sua capacidade de navegar através de "zonas cinzentas". Aqui, é importante sentir-se confiante de que praticou esta mudança em sua vida cotidiana e que esta mudança é profunda e duradoura.

Muitas vezes, hesitamos em encerrar um processo de responsabilização, a menos que tenhamos certeza

de que quem quer que seja com quem estamos trabalhando desenvolveu sistemas responsáveis e sustentáveis de apoio em sua vida. Procuramos pistas de que não têm apenas uma ou duas, mas muitas amigas decentes com quem possam falar honestamente. Isto pode incluir companheiros de casa ou familiares em quem confiam para apoio quando surgem desafios, particularmente com questões relacionadas a este trabalho. Também trabalhamos para garantir que estejam familiarizadas com os recursos disponíveis em toda a cidade.

Normalmente, "terminar" um processo parece mais um processo de redução gradual. Com o tempo, passamos de uma reunião a cada semana, a duas vezes por mês, a uma vez por mês, até finalmente nos reunirmos apenas para fazer o check-in periodicamente. Após um processo de responsabilização, as pessoas com as quais trabalhamos sabem que estamos aqui para elas sempre se precisarem de nós.